

Cotidiano e Sustentabilidade: um Estudo de Caso no Assentamento Índio Galdino

Everyday Life and Sustainability: A Case Study of the Índio Galdino Settlement

Vitor Carvalho Gomes

Universidade Federal de Minas Gerais
adm.vitorcg@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-4080-8473>

Josiane Barbosa Gouvêa

Instituto Federal do Paraná
josiane.gouvea@ifpr.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4305-9104>

Rocío del Pilar López Cabana

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
rocio.lopez@ufms.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1082-9982>

RESUMO

Este estudo tem como objetivo identificar as imbricações entre o cotidiano e a sustentabilidade a partir das práticas e interações sociais desenvolvidas pelos moradores do Assentamento Índio Galdino, vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Utilizando uma metodologia qualitativa, combina análise de narrativas e observação participante, permitindo uma imersão na realidade dos assentados. Os resultados revelam que os assentamentos do MST podem ser espaços de resistência e possibilidades, onde as práticas cotidianas de sustentabilidade vão além da agricultura e da produção de alimentos saudáveis. Essas práticas refletem uma resistência às estruturas de poder dominantes, redefinindo o conceito de sustentabilidade além dos discursos hegemônicos. O Assentamento Índio Galdino, representa um microcosmo de possibilidade e resistência, no qual a sustentabilidade é construída através de práticas cotidianas. A discussão acerca da sustentabilidade precisa ser ampliada, especialmente em relação à vida ordinária rural, diversificando o conceito e desafiando perspectivas dominantes, promovendo um debate inclusivo sobre a construção de um futuro sustentável e justo.

Palavras-chave: práticas sustentáveis; resistência; movimentos sociais.

ABSTRACT

This study aims to identify the interconnections between everyday life and sustainability through the practices and social interactions developed by the residents of the Índio Galdino Settlement, linked to the Landless Workers' Movement (MST). Using a qualitative methodology, it combines narrative analysis and participant observation, enabling immersion in the reality of the settlers. The results reveal that MST settlements can be spaces of resistance and possibility, where everyday sustainability practices go beyond agriculture and the production of healthy food. These practices reflect a resistance to dominant power structures, redefining the concept of sustainability beyond hegemonic discourses. The Índio Galdino Settlement represents a microcosm of possibility and resistance, in which sustainability is constructed through daily practices. The discussion on sustainability needs to be broadened, especially in relation to rural everyday life, diversifying the concept and challenging dominant perspectives, thereby promoting an inclusive debate on the construction of a just and sustainable future.

Keywords: sustainable practices; resistance; social movements.

Artigo submetido em: 13.05.2025. Aceito em: 29.07.2025. Publicado em: 07.05.2026.

Introdução

Este estudo aborda uma lacuna teórica e empírica na compreensão da relação entre sustentabilidade e cotidiano, especialmente sob a perspectiva das práticas e interações diárias de indivíduos comuns. O objetivo central é identificar as imbricações entre o cotidiano e a sustentabilidade a partir das práticas e interações sociais desenvolvidas pelos moradores do Assentamento Índio Galdino, vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Localizado no município de Curitibanos-SC, a aproximadamente 200 quilômetros a oeste de Florianópolis, o assentamento abriga 51 famílias, distribuídas entre os municípios de Curitibanos e Frei Rogério, no meio-oeste catarinense.

Os desafios históricos e estruturais relacionados à questão fundiária no Brasil constituem um pano de fundo fundamental para compreender as dinâmicas de resistência e as práticas de sustentabilidade desenvolvidas pelos assentados. A disputa pela terra no país é marcada por recorrentes conflitos agrários, motivados pela sobreposição de reivindicações fundiárias, pela expansão do agronegócio e pela fragilidade dos mecanismos de regularização. Os territórios indígenas enfrentam um aumento expressivo de invasões, mineração ilegal e pressões políticas, o que compromete tanto os direitos dos povos originários quanto a conservação ambiental (Silva *et al.*, 2023), além de desafios socioeconômicos, como o limitado acesso à renda e a serviços básicos, (Braber *et al.*, 2024). A desigualdade fundiária, portanto, constitui um dos principais entraves à justiça social, à sustentabilidade e à pacificação dos conflitos no campo brasileiro.

É nesse cenário, marcado por complexas relações de poder e desafios ambientais, que o MST se insere como um ator social fundamental na luta por uma nova configuração para o campo brasileiro. O movimento teve origem nas primeiras lutas e ocupações de terra entre 1979 e 1984, sendo oficialmente fundado em janeiro de 1984, durante o 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Sem Terra, em Cascavel, no Paraná (Reis & Smanhoto, 2023). Atualmente, o MST atua em 24 estados, abrangendo todas as regiões do país (Nicácio & Nicácio, 2022), sendo reconhecido como um dos mais expressivos movimentos sociais da América Latina (Morissawa, 2001; Leite & Leite, 2022).

Sua origem está diretamente relacionada à histórica desigualdade no acesso à terra no Brasil, onde a concentração fundiária contrasta com a realidade de milhões de trabalhadores rurais sem terra e em condições precárias de vida. O MST se destaca por sua atuação em prol da justiça social e da reforma agrária, sendo compreendido como um movimento de massas e de classes, que ultrapassa a definição limitada de movimento camponês (Pereira & Reis, 2018).

Mais do que a conquista da terra, o MST é protagonista na busca pela emancipação dos sujeitos e pela transformação social. O movimento investe na construção de escolas e no desenvolvimento de uma pedagogia própria, voltada à realidade do campo e à formação integral dos indivíduos (Reis & Smanhoto, 2023). Além disso, busca consolidar os assentamentos como espaços de experimentação e implementação de práticas agrícolas sustentáveis (Reis & Smanhoto, 2023), com ênfase em princípios agroecológicos (Reis & Smanhoto, 2023; Amaral, 2023) e na construção de um projeto alternativo de desenvolvimento rural (Pereira & Reis, 2018; Amaral, 2023). Essa abordagem prioriza a biodiversidade, a conservação dos

recursos naturais e a produção de alimentos saudáveis e acessíveis (Morissawa, 2001).

A proposta de Reforma Agrária Popular do MST vai além da simples distribuição de terras: busca a construção de uma vida digna no campo, a preservação ambiental, a produção cooperativa, o fortalecimento das sementes crioulas e a produção de alimentos saudáveis (Pereira & Reis, 2018; Amaral, 2023). Essas práticas representam uma crítica ao modelo agroindustrial dominante, caracterizado pela monocultura, uso intensivo de agrotóxicos e exploração da mão de obra.

Portanto, esta pesquisa se mostra particularmente relevante por buscar compreender a sustentabilidade a partir das experiências e práticas cotidianas dos sujeitos que vivem nas comunidades assentadas, especialmente em um cenário global atravessado por crises climáticas, agravamento das desigualdades sociais e crescente pressão sobre os recursos naturais (Scotti & Pereira, 2023). Essa perspectiva pode reposicionar a sustentabilidade como prática situada, vivida em contextos de vulnerabilidade e resistência, e não como discurso abstrato apropriado pelo sistema capitalista. Ao investigar como sujeitos comuns reinventam o cotidiano, este estudo problematiza a tensão entre macroestruturas normativas e micropráticas, articulando sustentabilidade e justiça social.

Para sustentar essa abordagem, que se aprofunda no cotidiano como espaço de produção de sentidos e de resistência às estruturas dominantes, a escolha teórica por Certeau (2014) e Goffman (2014) insere-se no campo do pós-estruturalismo e se mostra não apenas adequada, mas essencial. Ambos os autores criticam as grandes narrativas totalizantes e direcionam o olhar para as práticas, interações e micropolíticas que compõem o tecido social, rompendo com visões homogêneas e estruturadas da realidade. A opção por esses autores está ancorada na proposta de investigar a sustentabilidade não como um conceito abstrato ou técnico, mas como uma prática viva, incorporada nas ações e interações cotidianas.

Para apresentar de forma clara e aprofundada a complexidade dessas dinâmicas, este artigo está estruturado em cinco partes. Após esta introdução, a segunda seção aborda o referencial teórico que fundamenta a análise. A terceira seção descreve a metodologia empregada na pesquisa. Na quarta parte, são apresentados e discutidos os resultados. Por fim, a quinta seção traz as considerações finais do estudo.

Sustentabilidade no Campo das Lutas Sociais

A sustentabilidade, embora tenha se consolidado como palavra de ordem no discurso global, permanece permeada por ambiguidades e apropriações estratégicas. Longe de ser um conceito neutro e universal, ela assume diferentes sentidos e, muitas vezes, contraditórios: pode funcionar como retórica corporativa para legitimação de práticas corporativas ou emergir como horizonte ético-político nas práticas insurgentes de movimentos sociais. Essa tensão evidencia que a sustentabilidade não é um estado acabado, mas um campo de disputa simbólica e material, no qual forças hegemônicas e contra-hegemônicas se confrontam, afinal, o que significa ser sustentável em um mundo estruturado pela lógica do capital? Em vez de representar um rompimento com modelos predatórios de desenvolvimento, a sustentabilidade tem

sido, em diversas situações, cooptada por discursos hegemônicos que a transformam em mais uma engrenagem do chamado capitalismo verde.

Quando observamos o discurso corporativo, a ambiguidade se torna evidente. Homero Júnior e Carrieri (2020) são contundentes ao denunciar esse movimento ideológico. Para os autores, a apropriação empresarial da sustentabilidade não é neutra: ela atua para legitimar o poder das grandes corporações e garantir a continuidade dos negócios sob o disfarce da responsabilidade socioambiental. Essa instrumentalização transforma a sustentabilidade em performance, despolitizando-a e reconfigurando-a como mecanismo de marketing verde. Diniz *et al.* (2020) reforçam essa crítica ao expor contradições flagrantes: empresas celebradas em rankings, figuram simultaneamente no Mapa de Conflitos Ambientais, associadas a desmatamentos, poluição hídrica e violações de direitos. Essa dissonância entre discurso e prática mostra que certificações e selos funcionam como dispositivos ideológicos, conferindo verniz ético a práticas que, no plano concreto, reforçam a degradação ambiental e a desigualdade social. Enquanto grandes corporações ancoram suas estratégias em indicadores financeiros e métricas sustentáveis que se tornam amigáveis aos negócios, movimentos sociais oferecem leituras insurgentes que tensionam a centralidade do mercado como regulador da vida. Mas até que ponto projetos como a reforma agrária, concebidos como rupturas, conseguem escapar da lógica produtivista e inserir pautas ambientais de modo substantivo? A reforma agrária, analisada por Ferro (2020), exemplifica esse deslocamento ao reivindicar a função social da terra como princípio estruturante de um projeto de sustentabilidade vinculado à justiça socioambiental. Para o autor, a reforma agrária não deve ser compreendida apenas como uma demanda social, mas como uma necessidade ambiental e política urgente. Ao promover práticas agroecológicas e justiça socioambiental, ela torna-se um instrumento para reconfigurar o modelo de desenvolvimento rural.

A agroecologia, incorporada às práticas do MST, representa uma tentativa de ruptura com modelos predatórios de produção, mas também evidencia contradições internas que atravessam esse processo. Longe de emergir de forma espontânea, a adoção de práticas sustentáveis resulta em escolhas situadas, constantemente tensionadas por dilemas econômicos e pelas pressões do mercado (Maciel, 2008). Nessa perspectiva, Ferro (2020) destaca a importância da produção de alimentos orgânicos nos assentamentos da reforma agrária como elemento central na construção de uma sustentabilidade efetiva, destacando o MST como protagonista: o movimento é hoje o maior produtor de arroz orgânico da América Latina e lidera a produção de alimentos orgânicos no Brasil. Contudo, essa narrativa encontra contrapontos significativos, que revelam desafios estruturais e disputas simbólicas em torno do que significa, de fato, ser sustentável. Nesse sentido, Maciel (2008) adverte contra a idealização automática da agricultura familiar como sinônimo de sustentabilidade.

Historicamente, movimentos de luta pela terra, incluindo o próprio MST, nem sempre incorporaram a dimensão ambiental como prioridade (Maciel, 2008), evidenciando que a transição para modelos agroecológicos é um processo permeado por tensões internas e disputas de sentido. Ainda que essa postura tenha evoluído ao longo dos anos, em parte devido ao diálogo com universidades, ONGs e instituições públicas de pesquisa e extensão, Maciel (2008) observa que a urgência da luta por terra e a necessidade de ocupações rápidas muitas vezes inviabilizaram o

planejamento ecológico adequado dos assentamentos. Essa limitação histórica, longe de ser um desvio pontual, revela a tensão estrutural entre urgências materiais e ideais normativos, confirmando que a sustentabilidade, nesse contexto, não é um ponto de partida, mas um processo relacional, permeado por negociações e conflitos. Nessa mesma direção, Ferro (2020) reforça que a reforma agrária se configura, simultaneamente, como estratégia socioambiental e como campo de disputa, no qual práticas agroecológicas coexistem com pressões do mercado e lógicas produtivistas. Esse quadro dialoga com a crítica de Homero e Carrieri (2020) à captura corporativa do discurso sustentável ao iluminar um contraste fundamental: enquanto grandes corporações acionam tecnologias de legitimação que esvaziam o conceito, movimentos sociais como o MST buscam reinscrevê-lo no cotidiano, mesmo sob constrangimentos históricos que limitam sua plena efetivação. Essa dinâmica confirma a leitura de Ferro (2020), para quem a reforma agrária constitui um espaço estratégico e, ao mesmo tempo, um campo de disputa, no qual coexistem pressões mercadológicas e iniciativas agroecológicas.

As tensões que atravessam o campo da sustentabilidade revelam que ela não pode ser pensada fora das relações de poder que a estruturam e que não pode ser concebida de forma linear ou meramente técnica. Trata-se de uma construção política, simbólica e relacional, marcada por disputas de sentido e diferentes modos de se relacionar com a terra e a natureza. Se, por um lado, empresas mobilizam narrativas de responsabilidade social para consolidar hegemonias, por outro, movimentos sociais constroem contrarrelatos que afirmam outras racionalidades, baseadas em solidariedade, diversidade e reciprocidade.

Ao articular esses elementos, evidenciamos que a sustentabilidade, no contexto dos assentamentos, não é um ideal homogêneo, mas um processo em constante negociação, um terreno de tensões que contrasta com a lógica de captura corporativa descrita por Homero e Carrieri (2020) e dialoga com as perspectivas críticas de Krenak (2020), que denunciam a urgência de romper com racionalidades produtivistas para reinscrever a vida no centro das práticas sociais. Krenak (2020) propõe que, em vez de tentarmos “salvar o planeta” por meio de soluções tecnocráticas, devemos repensar nosso lugar no mundo, reconhecendo-nos como parte de um ecossistema mais amplo, não seus gestores, muito menos seus proprietários.

Essa inflexão epistemológica dialoga diretamente com as reflexões de Vandana Shiva, ecofeminista indiana que também denuncia o modelo hegemônico de sustentabilidade como expressão do capitalismo neoliberal, baseado na exploração da natureza e das comunidades. Assim como Krenak, Shiva (2003) propõe uma reconexão com formas tradicionais e diversas de conhecimento, valorizando a pluralidade ecológica, cultural e política como base para uma sustentabilidade genuína.

A visão de Shiva (2003) converge com a de Krenak (2020) ao enfatizar a necessidade de relações mais equilibradas e respeitadas com o meio ambiente. Enquanto ele destaca a interconexão de todas as formas de vida, ela critica diretamente as monoculturas e a silvicultura “científica”, que, ao substituírem saberes tradicionais e biodiversidade por modelos homogêneos, enfraquecem a produtividade ecológica e comprometem a sustentabilidade dos ecossistemas. Segundo a autora, a gestão sustentável, quando orientada apenas por resultados financeiros ou produtivos, mina a própria ideia de sustentabilidade.

Contudo, apesar de oferecerem caminhos potentes, essas abordagens enfrentam enormes desafios para sua efetivação. Inseridas em sistemas globais marcados por interesses econômicos e estruturas de poder profundamente consolidadas, suas propostas frequentemente colidem com as racionalidades instrumentais que dominam mercados, governos e até mesmo parte dos próprios movimentos sociais.

Diante dessas disputas, torna-se evidente que a sustentabilidade deve ser entendida como um processo histórico e relacional, atravessado por negociações, conflitos e microrresistências. Torna-se urgente, portanto, deslocar o olhar da sustentabilidade como um grande projeto normativo e institucionalizado para os modos como ela é vivida, reinterpretada e negociada no cotidiano. É nesse espaço, permeado por práticas criativas, táticas de resistência e pequenas reinvenções, que sujeitos comuns enfrentam os dilemas da vida moderna e constroem, à sua maneira, formas de existência mais justas, dignas e habitáveis. Somente uma abordagem crítica e integrada permitirá resgatar a densidade política da sustentabilidade e reinscrevê-la como projeto ético de justiça socioambiental, deslocando-a da condição de slogan para a de horizonte de emancipação.

Considerando, portanto, a diversidade de críticas e perspectivas em torno da sustentabilidade, este estudo propõe voltar-se ao cotidiano como espaço de táticas sutis e criativas, no qual o ser humano comum navega pelos fluxos complexos da vida, experimentando formas alternativas de habitar o mundo.

O cotidiano como campo de disputa

A análise do cotidiano, muitas vezes relegada ao trivial ou à mera repetição, revela-se um campo fértil e complexo para a compreensão das dinâmicas sociais e culturais. Longe de ser um espaço passivo, o cotidiano constitui um palco de invenções, resistências e negociações de sentido que moldam profundamente as experiências humanas.

Certeau (2014) oferece uma contribuição singular ao compreender as práticas sociais como construções simbólicas e políticas forjadas no viver diário. Ele desloca o foco da análise do macro para o micro, demonstrando que o “homem ordinário”, longe de ser passivo, atua como sujeito criador ao reinventar o cotidiano por meio de táticas sutis de resistência, que subvertem, ainda que de forma efêmera, as estratégias dominantes de poder. Esse agir cotidiano, carregado de inventividade, estrutura-se a partir de práticas que articulam saberes tácitos e modos de fazer, conferindo sentido a ações que, embora aparentemente banais, revelam dinâmicas ocultas que escapam aos modelos tradicionais de análise organizacional (Machado *et al.*, 2020).

A principal contribuição de Certeau (2014) reside na distinção entre estratégias e táticas. As estratégias correspondem a ações calculadas por sujeitos que ocupam um lugar de poder, capazes de organizar as relações com o exterior e impor sua ordem. Em contrapartida, as táticas são “as engenhosidades dos fracos”: ações oportunas, realizadas por aqueles que não dispõem de um lugar próprio, mas que aproveitam brechas e fissuras no sistema, operando “dentro do campo de visão do inimigo” para subverter, de forma sutil e muitas vezes invisível, a ordem instituída. É por meio dessas táticas que o homem comum imprime sua “assinatura” no cotidiano, criando microliberdades e micropoderes que resistem à dominação.

Integrar Certeau (2014) e Goffman (2014) pode ampliar a leitura da sustentabilidade ao nível micro: se, para Certeau (2014), as “táticas” revelam micropolíticas de sobrevivência frente às estruturas dominantes, Goffman (2014) permite ver como essas práticas se convertem em performances sociais que legitimam identidades e negociam espaços de reconhecimento. Embora também não trate o indivíduo de forma isolada, ele considera que o *self* (o “eu”) é constituído, em grande parte, nos processos sociais (Martins, 2011). No contexto rural, onde hegemonias agrícolas impõem formas de produção e dependência de insumos industriais, tais táticas cotidianas operam como insurgências silenciosas que podem ressignificar o próprio conceito de sustentabilidade.

Ao valorizar o cotidiano, reconhece-se a potência política e epistêmica das práticas ordinárias, que emergem dos gestos, falas e táticas do sujeito comum. Reconhecer essas práticas significa evidenciar como elas desafiam os modelos formais e padronizados de gestão, ao revelar a complexidade, a criatividade e a densidade simbólica das formas populares de organizar e sustentar a vida cotidiana.

Ao observar os modos como os sujeitos assentados conduzem suas rotinas produtivas, relações comunitárias e estratégias de sobrevivência, busca-se evidenciar o caráter político, criativo e situado dessas práticas, valorizando os saberes tácitos e as “maneiras de fazer”. Articula-se aqui, portanto, o conceito de gestão ordinária (Carrieri, 2014) que se constitui como forma de resistência à racionalidade gerencial e à colonialidade do saber (Carrieri, Perdigão & Aguiar, 2014; Santos & Ichikawa, 2021). Essa perspectiva torna-se ainda mais relevante ao deslocar o olhar da lógica empresarial para o sujeito comum e do desempenho econômico para a sustentabilidade da existência. Assim, a pesquisa propõe uma leitura decolonial e contra-hegemônica, fundamentada na valorização do cotidiano e das formas populares de saber, resistência e invenção social.

No entanto, é importante destacar que, conforme apontam Santos e Ichikawa (2021), os estudos sobre gestão ordinária têm se concentrado predominantemente no contexto urbano. Isso evidencia uma lacuna significativa na compreensão da gestão ordinária exercida pelo homem comum do campo. Nesse sentido, a presente pesquisa, realizada no Assentamento Índio Galdino, localizado em Curitiba (SC), surge como uma oportunidade para preencher essa lacuna, ao evidenciar como o conceito de gestão ordinária pode contribuir para uma compreensão mais aprofundada dos fenômenos relacionados à agricultura familiar e aos pequenos negócios rurais.

A partir desta discussão, na próxima seção do trabalho abordaremos os métodos aplicados na pesquisa.

Metodologia

Para o desenvolvimento deste estudo, adotamos uma abordagem qualitativa, integrando a análise narrativa conforme os estudos de Labov e Waletzky (1967) e Labov (1972). Esses autores investigaram as características linguísticas das narrativas pessoais, identificando padrões de organização e sequência de eventos. Labov (1972), ao ampliar essa abordagem, explorou as variações linguísticas nas narrativas e analisou como essas histórias são moldadas por fatores sociais e culturais. Nesse contexto, a análise narrativa permite compreender como os sujeitos

atribuem sentido às suas experiências vividas, explorando tanto a estrutura quanto o conteúdo das histórias relatadas. Essa abordagem parte do pressuposto de que os discursos não apenas refletem a realidade, mas também a constroem, revelando aspectos da identidade, da cultura e das relações de poder.

A pesquisa foi realizada entre os meses de junho e novembro de 2023, por meio de visitas ao Assentamento Índio Galdino, localizado no município de Curitiba-SC. Conduzimos entrevistas semiestruturadas com oito moradores, selecionados com base em critérios de acessibilidade e relevância temática. O número de participantes foi definido considerando a disponibilidade e a voluntariedade dos moradores em compartilhar suas histórias e reflexões. Essa escolha buscou respeitar os vínculos estabelecidos em campo e garantir a escuta de diferentes experiências, ainda que sem pretensão de exaustividade.

Para preservar a identidade dos participantes, foram utilizados pseudônimos, atribuídos como: Carla (27 anos), Cláudia (63 anos), João (50 anos), José (49 anos), Manoel (38 anos), Maria (48 anos), Mariana (31 anos) e Mário (68 anos), refletem perfis diversos em termos de idade e gênero. Seis dos entrevistados foram indicados pelo coordenador local, o que facilitou o contato inicial, enquanto os outros dois foram convidados após interação durante uma atividade coletiva, com o objetivo de ampliar a diversidade de vozes e pontos de vista contemplados na pesquisa.

As entrevistas foram conduzidas com o apoio de um roteiro flexível, que permitia adaptações conforme os temas emergentes de cada conversa. Todas as falas foram integralmente gravadas e transcritas, respeitando pausas, ênfases e outras marcas discursivas relevantes. Paralelamente, mantivemos um diário de campo, utilizado para registrar observações espontâneas, reflexões e interações sociais ocorridas durante as visitas.

Adotamos a observação participante, conforme delineado por Serva e Jaime (1995), envolvendo-nos ativamente nas atividades cotidianas da comunidade. Essa imersão possibilitou captar nuances das relações sociais, dos modos de organização e das práticas que atravessam a vida dos assentados, ampliando o alcance da escuta e a densidade da compreensão do vivido. A partir dessa vivência, associada às entrevistas, construímos um diário de campo que serviu como material empírico complementar para a análise.

A análise narrativa foi aplicada tanto às entrevistas quanto às anotações do diário de campo. Fundamentada na estrutura proposta por Labov (1972), a análise consistiu em leituras repetidas e anotadas do material, com foco na identificação de temas recorrentes, padrões linguísticos, sequências narrativas e articulações entre o discurso individual e o contexto coletivo. A triangulação entre os diferentes instrumentos metodológicos fortaleceu a validade da pesquisa, permitindo uma leitura crítica, sensível e comprometida com as múltiplas dimensões da realidade investigada (Denzin & Lincoln, 2006).

Resultados e discussões: o cotidiano no Assentamento Índio Galdino

Entramos em campo no dia 24 de junho de 2023, e o acesso à área de pesquisa não representou desafio em nenhum momento. Após uma troca de mensagens, agendamos uma visita ao local. Tivemos a oportunidade de conhecer duas famílias e

participar de uma atividade comunitária que reuniu professores e estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Essa experiência proporcionou uma imersão direta na realidade da comunidade e evidenciou a abertura e disposição para o diálogo e a troca de saberes entre o movimento e a academia.

Esse encontro reflete a essência da interdependência nas relações do assentamento. Alinhando-se à perspectiva de Goffman (2014), que destaca a profundidade das interações sociais na construção de identidades e significados, a experiência de aprendizado mútuo configura-se como um modelo de educação que transcende os limites institucionais da universidade, ampliando nossa compreensão do potencial humano.

Divergindo da visão otimista de Morissawa (2001), que associa assentamentos à promoção quase automática da agroecologia, percebemos no Assentamento Índio Galdino um cenário heterogêneo, em que escolhas sustentáveis coexistem com práticas convencionais, confirmando a advertência de Maciel (2008) sobre a não linearidade da transição agroecológica. Observamos que algumas famílias praticam uma filosofia de sustentabilidade baseada na diversificação da produção e no uso de métodos orgânicos. Essas práticas desafiam as convenções agrícolas e ecoam a concepção de Certeau (2014), segundo a qual o cotidiano é um espaço de resistência e recriação. Por outro lado, identificamos também a presença de práticas como o cultivo de monoculturas e o uso de agrotóxicos por outros assentados. Essa pluralidade de modos de fazer evidencia que os sujeitos atuam conforme seus interesses, condicionados por fatores como conveniência, facilidade, necessidade ou desejo. Trata-se de uma ética que Certeau (1985, p. 8) associa à “vontade histórica de existir”.

Essa coexistência de práticas reforça a análise de Ferro (2020) sobre a urgência de políticas públicas voltadas para a transição agroecológica e conecta-se aos achados de Câmara *et al.* (2023), que denunciam a concentração fundiária e os incentivos governamentais ao agronegócio como barreiras estruturais à justiça socioambiental. A experiência do Assentamento Índio Galdino demonstra que, mesmo sob tais restrições, as famílias constroem táticas cotidianas que sustentam a produção diversificada, configurando resistências ao modelo dominante.

Durante as entrevistas, percebemos que muitos assentados, mesmo tendo recebido orientações do MST sobre a importância da diversificação e da produção de alimentos saudáveis, acabam optando por pacotes tecnológicos que não se alinham com uma agricultura sustentável. Essas escolhas produtivas não são neutras: revelam um campo de disputas em que a sustentabilidade é construída permeada por pressões mercadológicas. O uso intermitente de agrotóxicos e monoculturas, ainda que tensionado pelo discurso agroecológico, indica que a sustentabilidade, longe de ser um ideal fixo, é uma prática relacional, negociada sob restrições materiais e simbólicas. Aqui, confirma-se a tese de Maciel (2008): não basta redistribuir terra; é preciso criar condições políticas e institucionais que viabilizem transições agroecológicas, sob pena de reforçar dependências estruturais.

À luz das reflexões de Shiva (2003) e Ferro (2020), identificamos uma subversão das diretrizes do MST, influenciada pela pressão das indústrias de insumos agrícolas e pela ausência de apoio consistente à transição agroecológica. Maciel (2008) acrescenta que a sustentabilidade não pode ser uma suposição, mas sim um processo

intencional que exige escolhas conscientes e inclusivas, considerando as complexidades socioambientais envolvidas.

Krenak (2020) lembra que somos parte da natureza e a construção de uma relação harmoniosa com ela é inadiável. Nesse sentido, torna-se urgente que a sociedade e os governos abandonem os modelos convencionais e adotem práticas que respeitem e regenerem os recursos naturais, como defendem Reis e Smanhoto (2023), ao enfatizarem a relevância de uma agricultura fundamentada nos saberes locais.

Durante uma conversa com um agricultor orgânico, registramos em nosso diário de campo que muitos assentados não percebem que possuem pequenas propriedades e tentam aplicar métodos produtivos voltados para latifúndios. Isso os leva a adotar práticas convencionais ou, diante da inviabilidade dessas práticas, a recorrer ao arrendamento da terra. Nesse contexto, o arrendamento não é encarado como desistência, mas como uma adaptação necessária à sobrevivência, permitindo que terceiros utilizem temporariamente a propriedade. Dessa forma, essa prática constitui uma forma de microgestão dos recursos disponíveis, no qual os assentados, mesmo diante das limitações, buscam alternativas que lhes assegurem algum nível de estabilidade financeira.

Ademais, algumas práticas cotidianas observadas no assentamento funcionam como contraponto à lógica do capitalismo verde, que muitas vezes transforma a sustentabilidade em ferramenta de legitimação corporativa. Ao priorizar a diversificação produtiva, a partilha comunitária e a autonomia sobre sementes, os assentados introduzem uma noção de sustentabilidade ancorada em relações sociais e éticas, e não em métricas de mercado. Essas ações reconfiguram o sentido dominante de sustentabilidade, deslocando-o do consumo responsável e da certificação para práticas situadas de cuidado, solidariedade e resistência.

No entanto, esse cenário torna-se ainda mais complexo diante das políticas agrícolas que favorecem o agronegócio em larga escala. Certeau (2014) nos lembra que operamos sob estruturas limitantes, que frequentemente inviabilizam escolhas sustentáveis. No entanto, contrariando essas narrativas opressoras, nossa imersão em campo evidenciou que o cultivo de alimentos saudáveis, respeitando os ciclos naturais, é uma realidade concreta para algumas famílias. A gestão do cotidiano, baseada em práticas diversificadas e ambientalmente responsáveis, floresce em várias propriedades, onde encontramos hortaliças, mel, ervas e uma impressionante variedade de culturas. Essa abordagem resgata a conexão essencial entre o ser humano e a terra, demonstrando que, quando nada se desperdiça, tudo pode ser reaproveitado de forma integrada.

Na visão de Shiva (2003), a diversidade e a adaptação são princípios fundamentais no ciclo da vida e na criação de novas formas de ser e de fazer. O modelo de produção diversificado, adaptado à realidade do assentamento, revela a criatividade e eficiência dos sujeitos mesmo em um ambiente predominantemente marcado pela produção convencional.

No entanto, embora algumas famílias adotem princípios agroecológicos e pratiquem a diversificação produtiva, a pesquisa revela um cenário ambíguo. A sustentabilidade é vivida como processo inacabado, constantemente tensionado pela

escassez de recursos, pela pressão de mercados e pela ausência de políticas robustas. A utilização de agrotóxicos e a adesão a pacotes tecnológicos demonstram que escolhas sustentáveis não são automáticas, mas negociadas com base nas necessidades materiais e simbólicas dos assentados. Assim, discutir a sustentabilidade nos assentamentos necessita reconhecer essas contradições, para evitar a romantização das práticas que emergem em meio à vulnerabilidade estrutural.

Essas práticas confirmam a análise de Ferro (2020) sobre a relevância da reforma agrária como instrumento socioambiental, mas também dialogam com Câmara *et al.* (2023), que evidenciam como a concentração fundiária e as falhas nas políticas públicas brasileiras dificultam a consolidação de modelos agroecológicos. A experiência do Assentamento Índio Galdino demonstra que, mesmo diante de políticas agrícolas que favorecem o agronegócio, famílias desenvolvem maneiras criativas para garantir produção diversificada, reforçando a perspectiva de justiça socioambiental.

Ao ocuparem a terra que tanto almejavam, esses produtores buscam restabelecer valores distintos. Desejam reviver o rico universo simbólico e cultural, recuperar memórias e reconquistar o respeito próprio, muitas vezes corroído pelos anos de acampamento, marcados por escassez, limitações, confrontos e instabilidade. A narrativa a seguir, extraída da entrevista com o Sr. João, revela essa ausência de identidade vivida no período anterior ao assentamento:

(001) Foi na época ali que aconteceu a revolução verde (..) o movimento surge aí depois da ditadura militar (...) origem da revolução verde, que tá até hoje dizendo que vai acabar com a fome, mas na verdade nunca acaba (...) mas sempre usa esse pretexto. O movimento tem essa origem, é por isso até muitas vezes converso com o pessoal, a origem do movimento é nessa época, aí muitas pessoas que vão para o acampamento como ela está fora do sistema, você sendo um sem-terra você é praticamente nulo para eles, seu CPF não tá girando, quando tu vai para o acampamento passa por um processo de formação do movimento, e quando tu vem pro assentamento, quando tu tá definitivo na área, tu volta pro sistema de novo, o mesmo sistema que excluiu o movimento lá, se tu não tiver consciência, claro que não é tão simples assim, porque hoje o sistema está todo organizado de uma forma para ser viável só o sistema convencional, tem a questão do orgânico, nitidamente, mas assim, são ações que não é prioridade deles (João, 2023).

Em sua narrativa, João traz à tona a complexa realidade vivida por esses indivíduos, enfatizando a inadequação das promessas da Revolução Verde em erradicar a fome e promover um sistema agrícola mais justo. Essa crítica se fundamenta em uma perspectiva histórica que nos permite analisar como os modelos de produção contemporâneos se distanciam das necessidades reais das comunidades agrícolas. Essa crítica converge com Krenak (2020) e Shiva (2003), que questionam a racionalidade produtivista e defendem uma reconexão ética com a natureza, mas também encontra respaldo em dados atuais que indicam a permanência de padrões concentradores e degradantes no campo brasileiro (Braber *et al.*, 2024). Assim, a fala do assentado não se limita à memória histórica: ela traduz um diagnóstico contemporâneo sobre a persistência de um modelo agrícola excludente e insustentável.

A Revolução Verde privilegiou modelos de agricultura que não estão alinhados com as práticas tradicionais e sustentáveis das comunidades (Krenak, 2020). Isso levanta questões sobre justiça ambiental e a necessidade de valorizar conhecimentos ancestrais sobre manejo do solo, diversidade de cultivos e uso racional dos recursos naturais. No trecho (001) analisado, a narrativa do membro do MST oferece uma visão da dinâmica social e econômica que permeia a vida no acampamento. Ao citar a Revolução Verde, que pode ser entendida como uma estratégia de poder, que falha em cumprir sua promessa de erradicar a fome, utilizando a modernização agrícola e tecnologias intensivas, reforça uma crítica às políticas agrícolas e à priorização do lucro.

Em resposta a isso, muitas pessoas encontraram no MST um espaço de organização para reivindicar seus direitos, conscientizar a sociedade e lutar por uma distribuição mais justa de terra. Certeau (2014) interpretaria essas dinâmicas como subversão das práticas cotidianas contra as estratégias dominantes, enfatizando a capacidade coletiva de contestar e transformar as imposições do poder.

Ao descrever a transição dos membros do MST de “fora do sistema” para “definitivo na área”, o relato do Sr. João evidencia como as pessoas passam por diferentes papéis e performances sociais ao longo do processo de luta pela terra e reforma agrária. Goffman (2014) argumenta que a interação social é semelhante a uma peça teatral, na qual os indivíduos desempenham papéis sociais específicos para diferentes públicos e contextos. Essa transição de papéis implica uma mudança na performance social dos indivíduos, pois exigem diferentes comportamentos, normas e expectativas sociais.

Incorporando a análise sobre a exclusão do sistema, que menciona que “o CPF não está girando”, podemos compreender que essa expressão simboliza não apenas a exclusão econômica, mas também a invisibilidade social e política dos indivíduos no contexto capitalista. Para Certeau (2014), essa situação evidencia uma clara manifestação das estratégias de poder que visam controlar e marginalizar grupos específicos, relegando-os à periferia do sistema econômico e social, reduzindo o indivíduo a uma mera identidade econômica, que só é valorizado se houver uma participação ativa na economia formal. Isso reforça a desumanização e a instrumentalização das pessoas nas lógicas capitalistas, nas quais o valor humano é frequentemente medido pela contribuição econômica.

João aponta que o sistema vigente favorece práticas agrícolas convencionais, marginalizando o cultivo orgânico e, com isso, evidencia a continuidade da luta dos assentados mesmo após a conquista da terra. Tal estrutura revela não apenas a exclusão de práticas sustentáveis, mas uma lógica mais ampla que desvaloriza a diversidade e reforça um modelo produtivo hegemônico. Nesse contexto, a resistência se reinventa: não se limita à negação de um sistema opressor, mas assume também um caráter propositivo e transformador, em que alguns assentados constroem cotidianamente formas de viver e produzir que reafirmam sua identidade cultural, social e política. Essa situação sublinha a necessidade de conscientização e luta política, reafirmando que o MST não é apenas um movimento por terra, mas uma luta por justiça social e ambiental.

No coração do assentamento, uma visão inspiradora de agricultura sustentável toma forma através da priorização da produção orgânica. Durante as visitas às

famílias, emergiu uma imagem clara da vida cotidiana no assentamento, onde a terra é cultivada com dedicação e respeito ao meio ambiente. Nos registros do diário de campo, evidenciamos que:

(002) Ao chegar próximo a propriedade do Sr. Mário e da Sra. Cláudia adentramos por uma mata e fomos até uma pequena cerca, mas não encontramos a casa, retornamos pela estrada de marcha ré, porque era completamente fechada pela vegetação. Ao voltar em um ponto onde era possível ter sinal de telefone, ligamos e ela rindo disse: - Eu vi vocês ali pertinho, pode voltar que vou até lá abrir! Ficamos perplexos que por detrás daquela mata havia uma casa. De modo geral sempre vemos as propriedades rurais como grandes campos, onde não é possível identificar mais a mata nativa, mas ali, próximo à beira do rio, foi possível compreender um modo de vida e uma produção que prioriza o meio ambiente (Diário de campo, 14 de novembro, 2023).

Nessas famílias, a prática agrícola transcende a atividade de subsistência; ela se alinha com uma filosofia de vida que valoriza a saúde do solo, a biodiversidade e o bem-estar (Lucas, Fonseca & Moura, 2023). Essa abordagem sustentável que respeita e valoriza os recursos naturais locais converge com os conceitos de Shiva (2003) sobre a importância de práticas agrícolas e de vida que estejam em harmonia com a natureza, evitando a degradação ambiental e promovendo a sustentabilidade.

Em um diálogo com o assentado, identificado aqui como José, foi transcrito que, por um período, os produtores do MST promoviam feiras na praça no centro de Curitiba para comercializar seus produtos. Inicialmente, essas feiras representavam uma forma direta e simbólica de ocupação do espaço urbano e de comercialização autônoma dos produtos, um verdadeiro exercício de gestão ordinária, conceito que remete às práticas criativas e resistentes do cotidiano, operadas por sujeitos comuns em meio a estruturas opressoras. No entanto, a Prefeitura decidiu construir um Mercado Municipal e proibiu a realização dessas feiras. Diante dessa nova realidade, alguns membros do movimento se organizaram em associação para assegurar um espaço permanente, um box no novo Mercado, dedicado à venda dos produtos, operando por meio de uma associação.

Contudo, chegou um momento em que reconheceram a inviabilidade de continuar com a comercialização direta; era necessário concentrar esforços na produção e cuidado de suas propriedades, a associação demandava mais dedicação do que a feira na praça, que geralmente ocorria uma vez por semana. Por consequência, deixaram o espaço no mercado, e em substituição, passaram a fornecer a produção excedente a uma cooperativa especializada na comercialização. Assim, os produtores definem os preços, enquanto a cooperativa acrescenta uma margem de lucro para efetuar a venda.

A transição para a cooperativa, embora garanta escoamento, evidencia uma tensão estrutural: quanto maior a institucionalização, menor a autonomia dos assentados na gestão do excedente, reproduzindo dinâmicas que o MST historicamente combate. Aqui, a lógica cooperativa opera como “frente de palco” (Goffman, 2014), conferindo legitimidade pública, enquanto, nos bastidores, os assentados perdem margem decisória, revelando um paradoxo entre visibilidade simbólica e dependência econômica. Esse trecho destaca uma transição dos produtores em relação à comercialização, mas também revela uma crítica importante:

ao optarem por fornecer sua produção excedente a uma cooperativa, os assentados perderam um espaço livre para a venda direta, submetendo-se a uma estrutura imposta inicialmente pela prefeitura.

Essa mudança limita a autonomia dos produtores, que, embora definam os preços junto a cooperativa, agora dependem dela para a comercialização do excedente. Essa situação descrita pelo assentado José, relacionada às práticas dos produtores do MST diante das imposições da Prefeitura, tornou-se necessária para encontrar uma alternativa para continuar operando na estrutura de comercialização sem comprometer a produção. Essa necessidade de adaptação converge com Goffman (2014), quando ele sugere que as interações sociais podem ser divididas em frente de palco (*front stage*), onde ocorre a interação pública e visível, e bastidores (*back stage*), onde ocorre a preparação e planejamento das performances. Nesse contexto, os produtores do MST podem estar operando nos bastidores para desenvolver estratégias de adaptação e resistência às mudanças impostas pela Prefeitura.

Nessa jornada de vida e luta, José e seus companheiros personificaram os ensinamentos certeanianos sobre a capacidade das práticas cotidianas. Cada passo, cada decisão, era uma afirmação à resistência e à determinação de moldar seus próprios destinos dentro de limites impostos.

No entanto, nem todos os assentados encontram meios eficazes de comercializar o excedente de sua produção. Durante os dias em que estivemos mergulhados na rotina das famílias assentadas, foi possível identificar algumas barreiras que restringem as oportunidades. Um caso emblemático é o do Sr. Mário e da Sra. Cláudia, cuja situação complexa foi detalhada nas anotações do diário de campo.

Participamos do processo de ordenha de quatro vacas na propriedade, auxiliando na limpeza e transporte do leite retirado das vacas. Apesar da capacidade de produzir mais leite, existia um obstáculo significativo: a empresa que fazia a rota coletando o leite havia encerrado a atividade, pois o casal era o único produtor de leite no assentamento. Porém, desejosos de seguir com essa produção, precisavam realizar diariamente a ordenha e, para contornar a ausência de caminhão para coleta, transportavam o galão com o leite até outra propriedade, de um vizinho, que disponibiliza espaço para armazenamento e resfriamento, pois, lá, a linha de coleta da empresa ainda está ativa. Tal prática exemplifica uma “arte de fazer”, uma maneira de lidar com as restrições impostas pelas estruturas de poder, neste caso, uma decisão corporativa que afeta diretamente os pequenos produtores.

Essa prática revela a vulnerabilidade dos assentados frente ao mercado e a luta para manter as suas atividades agrícolas. A análise dessa narrativa destaca a importância de políticas e iniciativas que promovam a autonomia das comunidades rurais, enfatizando a necessidade de abordagens mais inclusivas que superem desigualdades no sistema agroalimentar.

Assim como os produtores se viram obrigados a encontrar maneiras criativas de lidar com as restrições impostas pela interrupção da coleta de leite, a interação com o poder público revela outro tipo de jogo social. Goffman (2014) ensina que essas interações são como performances sociais, nas quais os indivíduos desempenham

papéis e se engajam em rituais de interação. Da mesma forma, Certeau (2014) lembra da importância das táticas de resistência e da busca por autonomia diante das estruturas de poder.

Ao discutir o relacionamento com o poder público, uma entrevista com o assentado Manoel revelou percepções sobre as interações entre a comunidade do assentamento e a administração municipal. Ele descreveu uma experiência inicial negativa com o governo local:

(003) (...) como nós também, quando mudamos pra cá, o município era... A administração era péssima, horrível. Depois eu tenho uma ideia, o prefeito mandou (...) O prefeito abriu a porta e mandou as pessoas sair da sala, porque ele não tinha mais conversa. Então, depende da... É difícil isso. Daquela época, daquela gestão deles ali. Era assim, né? Porque qual que é o problema? (...) Quando a igreja precisa de dinheiro pra fazer uma festa, quem que dá o dinheiro? Quem que vai lá e diz: Não! Eu dou dois boi. Vai lá [uma pessoa] pobre e diz: eu dou um pacotinho de bolacha. Então os caras têm... Então a administração municipal ela não vai se não tiver esses caras cumprindo a função deles (Manoel, 2023).

A narrativa acima revela uma experiência negativa do assentado Manoel com a administração municipal. Por meio do seu relato, pode-se perceber a existência de desigualdades e injustiças nas relações entre a comunidade do assentamento e o governo local. A atitude autoritária do prefeito, descrita por Manoel, ilustra a falta de diálogo e respeito por parte das autoridades, evidenciando uma dinâmica de poder desigual e opressiva.

O prefeito exerce um papel autoritário e dominador, impondo decisões sem diálogo ou consideração das necessidades dos assentados. Entendemos a interação como uma cena social, na qual o prefeito atua no papel de autoridade dominante, enquanto os assentados são subjugados e marginalizados. Certeau (2014) distinguiria o uso da estratégia para impor suas decisões a partir de um lugar, de forma unilateral e autoritária.

O relato de Manoel destaca a existência das táticas dos assentados frente à estratégia opressiva da administração municipal. Os adjetivos "péssima" e "horrível" em relação à administração municipal, juntamente com a atitude autoritária do prefeito, que "mandou as pessoas sair da sala", exemplificam o quão o poder é relacional. Embora as instituições e estruturas de poder possam impor certas formas de controle e dominação sobre os indivíduos, estes também possuem capacidade de agir de maneiras que desafiam ou subvertem essas formas de poder (Certeau, 2014).

Essa situação evidencia a imposição de uma ordem discursiva que marginaliza e silencia as vozes dos assentados, negando-lhes o direito ao diálogo e à participação nas decisões que afetam suas vidas. Nessa situação, o prefeito encena um papel de autoridade e legitimidade, enquanto as vozes dos assentados são relegadas a papéis secundários, ignoradas completamente. O impacto desse silenciamento, negando-lhes o direito ao diálogo e à participação nas decisões que afetam suas vidas, contribui para a perpetuação de estigmas sociais e para marginalização dos assentados no meio social.

A comparação feita pelo assentado entre as contribuições valorizadas pela administração municipal (doações substanciais para festas da igreja versus

contribuições modestas dos pobres) revela uma crítica à distribuição desigual de reconhecimento e recursos. Essa observação é uma forma de resistência discursiva, desafiando a lógica dominante que prioriza certas formas de capital social e material em detrimento de outras.

Integrando a teoria das práticas cotidianas de Certeau (2014), a narrativa do assentado exemplifica as “táticas” usadas para navegar e resistir às estruturas de poder em suas vidas diárias. A articulação de suas experiências e percepções é uma forma de “fazer” cotidiana que contesta a ordem estabelecida, criando espaços para a expressão de identidades alternativas e para a negociação de significados dentro das restrições impostas pela administração municipal.

A narrativa do assentado Manoel sobre a relação com a igreja e a comunidade de Curitiba, assim como as experiências de um padre específico dentro do acampamento, ilumina novamente as complexas dinâmicas de poder e resistência. Veja a seguir:

(004) (...) depende, depende da pessoa, a igreja, Curitiba, até hoje ignoram nós. Até hoje é o chefe da igreja, eu digo, né? Vem um padre de vez em quando que chega ali e vai querer comer tomar um café com nós (...) Nossa, nós tínhamos um no começo, quando nós estávamos... Ele tinha o barraco dele, o padre tinha o barraco dele no acampamento. No nosso acampamento. Era um lugar que ele queria visitar as famílias, mas ele sabia que... Tentaram por aí mesmo. Tentaram matar ele. Ele sofreu muito, perseguição. Tentaram matar ele. Então é assim, né? Tem muita gente, tem muito padre, muito que apoia, mas tem muito... Mas o problema é que o município é... Que acaba, às vezes, influenciando nele, né? Quem tá ali num convívio mais constante. Curitiba, no seu coronelismo antigo, que não é antigo, ainda tem hoje. O coronelismo curitibanos é forte. Vai passando sangue, né? Tá no sangue. É forte ali (Manoel, 2023).

No trecho narrado, o assentado destaca a figura do “chefe da igreja”, essa hierarquia pode ser vista como uma forma de poder institucionalizado que molda as interações sociais (Goffman, 2014). O barraco do padre no acampamento foi uma forma encontrada por ele para realizar suas práticas cotidianas e envolvimento com a comunidade de uma maneira mais próxima e pessoal, apesar das ameaças e da perseguição por estar buscando uma alternativa de subverter a norma que lhe era imposta. Essa tática do padre sobre o papel e o lugar da religião e do clero na sociedade insere a igreja no cotidiano da luta dos assentados.

Além disso, ele faz referência ao “coronelismo” em Curitiba, destacando uma forma de dominação política presente e enraizada, a persistência de estruturas de poder tradicionais influencia as relações sociais e políticas. As elites locais que mantêm essas estruturas, controlam recursos e tomam decisões que afetam toda a comunidade, o que pode limitar a participação e a autonomia de outros grupos. Para aqueles que se veem regulados por esse poder, é importante resistir e, às vezes, encontrar maneiras de desafiar e negociar com essas estruturas para garantir seus direitos e necessidades na comunidade.

Neste sentido, Certeau (2014) discute a relação entre as ordens dominantes (como o sistema político estabelecido) e as práticas marginais (ações cotidianas das pessoas comuns). O coronelismo citado representa uma ordem dominante arraigada

na história local, um sistema de poder e influência que perdura ao longo do tempo, simbolizando um lugar de repressão, sobre o qual as pessoas comuns precisam criar e arranjar composições de saída, de microliberdades, como fez o padre ao montar seu próprio barraco, revelando as artes de fazer em meio às estruturas impostas.

A complexidade das relações entre os assentados, a igreja e a estrutura social, marcada pela resistência e solidariedade frente às formas de poder, encontra um eco profundo na interação dos assentados com a terra e seus recursos. Este vínculo entre o combate às estruturas opressivas e a gestão agrícola sustentável se revela nos detalhes da vida cotidiana.

Ao longo de vários dias, vivenciamos a rotina de cuidado, manutenção e produção em um sítio. Levantamo-nos cedo e, mesmo sob chuva intensa, apartamos as vacas dos bezerros e as direcionamos para a ordenha. Na propriedade do Sr. Mário e da Sra. Cláudia, que nos receberam com grande alegria e hospitalidade, notamos que, apesar da idade avançada e das limitações de saúde do casal, tais desafios não os impedem de se dedicar às tarefas cotidianas.

Com o braço engessado devido a uma queda, Dona Cláudia demonstra uma força e persistência incríveis. Sua recusa em abdicar das atividades, mesmo com a mobilidade reduzida e a recomendação médica de repouso, reflete não apenas um senso de dever para com o Sr. Mário e a propriedade, mas também uma ausência de assistência externa para cuidar da propriedade e das tarefas diárias, colocando uma carga desproporcional sobre o casal idoso.

Essa desigualdade se aprofunda ainda mais quando consideramos as barreiras enfrentadas por pessoas idosas ou com mobilidade reduzida para acessar serviços de assistência e cuidados adequados. A ausência de apoio externo também reflete desigualdades de gênero e de divisão de trabalho dentro do ambiente familiar e comunitário. Muitas vezes, são as mulheres, como Dona Cláudia, que assumem a maior parte das responsabilidades domésticas e de cuidado, mesmo em idade avançada ou outras situações.

Para compreender a dinâmica da vida no assentamento, observamos as interações cotidianas entre os moradores e as práticas de sua rotina. De acordo com as anotações feitas no diário de campo, transcrevemos:

(005) Enquanto o Sr. Mário se ocupa com a separação das vacas, a cozinha se enche com o aroma do café que a Sra. Cláudia prepara. Após concluir a tarefa, ele retorna para que ambos possam desfrutar juntos de um café, acompanhado por uma fatia de pão. Na mesa, destacam-se também a geleia de frutas da estação, doce de abóbora, doce de leite, salame feito de carne de porco e, curiosamente, carne de capivara. As capivaras, por sinal, representam um desafio na propriedade. Finalizado o café, o Senhor Pereira menciona a necessidade de instalar uma cerca elétrica no milharal para protegê-lo das capivaras, que têm devastado a plantação (Diário de campo, 15 de novembro, 2023).

A narrativa descreve práticas cotidianas, que podem ser vistas também como uma “performance social de papéis” (Goffman, 2014), revelando a multiplicidade de atividades e interações que caracterizam o cotidiano das pessoas. Atividades,

aparentemente simples, ganham significado em seu contexto específico, revelando a interconexão entre os membros da família e as necessidades práticas da propriedade.

Krenak (2020) aborda a necessidade de uma relação ética e equilibrada entre seres humanos e o ambiente natural. Ele destaca a importância de respeitar os limites ecológicos e promover práticas que sustentem a vida em sua diversidade. A situação das capivaras na propriedade deixa claro que os desafios ambientais enfrentados pelos assentados não são apenas econômicos, mas também éticos e ecológicos. Isso revela a complexidade das escolhas enfrentadas pelos agricultores, entre proteger suas colheitas e preservar a biodiversidade.

Durante a inspeção do percurso onde seria instalada a nova cerca para proteger o milharal, observamos o seguinte:

(006) Na trajetória ao longo da cerca elétrica, adentramos em uma área de reserva ambiental, onde se fez necessário remover obstruções que poderiam interferir na eficiência da cerca. Notamos a presença de uma densa vegetação na reserva, incluindo árvores de xaxim. O Sr. Mário procedeu com grande cuidado, removendo individualmente cada galho que tocava a cerca e comprometia a transmissão da energia. Durante o processo, ele enfatizava a importância de cortar somente o necessário (Diário de campo, 15 de novembro, 2023).

Quando adentramos na área de reserva ambiental durante o processo de instalação da cerca elétrica, destacamos a interseção entre as atividades humanas e a conservação ambiental. A presença de vegetação densa e árvores de xaxim, uma espécie protegida, evidenciou a responsabilidade dos indivíduos em harmonizar suas práticas cotidianas com a preservação do meio ambiente. Nesse contexto, podemos perceber como práticas aparentemente simples e ordinárias, como o cuidado ao cortar galhos ou o uso de galhos para estacas, refletem formas de manejo e convivência com o ambiente que escapam às lógicas produtivistas hegemônicas, aproximando-se do que Certeau (2014) define como táticas cotidianas de resistência, ou seja, formas de agir que se moldam aos limites estruturais, mas os subvertem por dentro.

O relato apresenta uma cena que poderia ser interpretada como uma ação sustentável, na medida em que o Sr. Mário demonstra cuidado ao lidar com a vegetação na área de reserva ambiental. No entanto, é crucial questionar até que ponto essa abordagem realmente reflete uma preocupação genuína com a preservação ambiental. Será que o simples cuidado ao cortar galhos é suficiente para compensar os impactos negativos da instalação de uma cerca elétrica em uma área de reserva? A cerca elétrica em si já representa uma intervenção no ambiente natural, podendo afetar a fauna local e alterar os ecossistemas. Conforme Shiva (2003) destaca, qualquer ação humana no meio ambiente precisa ser realizada com grande cuidado e respeito, levando em conta os complexos ecossistemas que suportam a vida.

Esse comportamento confirma as observações de Shiva (2003), que destaca a importância do saber tradicional na preservação dos ecossistemas, mas também se aproxima das críticas de Krenak (2020), que alerta para o perigo de ações superficiais que mascaram impactos ambientais profundos, nos quais a sustentabilidade não deve ser apenas um termo popular utilizado para legitimar a continuação de práticas danosas. Portanto, é essencial considerar se as medidas tomadas pelo Sr. Mário

realmente refletem uma prática sustentável ou se são meramente simbólicas, sem um compromisso real com a preservação ambiental.

Ainda assim, ao reconhecer a complexidade dessas práticas e o contexto em que se inserem, é possível mobilizar o conceito de gestão ordinária, no qual ações tidas como “pequenas” se revelam carregadas de significados e estratégias de adaptação frente às dificuldades estruturais. Enquanto percorremos o trajeto, ficou claro que o Sr. Mário conhecia intimamente o espaço e tinha habilidade para navegar entre os obstáculos que encontrava, driblando-os um a um. Nós, mais jovens, fizemos o mesmo trajeto com dificuldades e medo de escorregar, enquanto carregávamos algumas ferramentas para confecção da cerca. O espaço que para o Sr. Mário era familiar, para nós se tornou um espaço de desafios e táticas pessoais para evitar contratempos. Essa experiência cotidiana é exemplar da perspectiva de Certeau (2014), pois evidencia como o espaço é constantemente reapropriado por meio de práticas ordinárias e como os sujeitos produzem sentidos e rotas próprias dentro de estruturas que não controlam. A descrição dessa atividade cotidiana demonstra como o discurso sobre a natureza e a interação com ela não é estático. Ele é construído e reconstruído através de práticas que refletem valores, conhecimentos e escolhas. O discurso do Sr. Mário, ao enfatizar a minimização do impacto ambiental, articula a ideia de que as práticas agrícolas e a conservação ambiental não são mutuamente excludentes, mas coexistem através de abordagens conscientes.

Durante a instalação da nova cerca ao redor do milharal, fomos surpreendidos por uma chuva repentina, enquanto operávamos a roçadeira para limpar a área ao redor. Essa chuva destacou a imprevisibilidade do clima, um desafio cada vez mais presente devido às mudanças climáticas globais. Diante dessa mudança inesperada, adaptamos nossos planos e retornamos com a máquina para o estaleiro. No trajeto, carregando a máquina que não era leve, refletimos sobre as diversas dificuldades que afetam a dinâmica de vida dos produtores rurais. Compreendemos os desafios não apenas da mudança climática, mas também do deslocamento dentro da propriedade carregando ferramentas necessárias para os trabalhos diários. Tais experiências reforçam que a sustentabilidade, muitas vezes, não se expressa em grandes projetos ou soluções tecnológicas, mas nas micropáticas do cotidiano, nas improvisações e respostas criativas aos imprevistos, tal como aponta a ideia de gestão ordinária e os bastidores das interações sociais descritos por Goffman (2014).

Assim que a chuva deu uma trégua, retornamos e continuamos ajudando a esticar os fios e fixá-los nas estacas que o Sr. Mário havia feito com galhos retirados das laterais da plantação. Apesar da chuva, o Sr. Mário, adaptou-se à adversidade climática e permaneceu determinado no trabalho. Quando estávamos quase finalizando, as nuvens escuras voltaram e a chuva recomeçou. Enquanto o Sr. Mário continuava o trabalho protegido pela capa de chuva, nós, como não tínhamos, fomos instruídos a retornarmos para casa e no trajeto fazer a conexão da cerca elétrica em um ponto específico onde fica o cultivo de abelhas. Subimos o morro novamente sob chuva intensa. Com esforço, encontramos o ponto certo para a conexão e retornamos para casa.

Esse conjunto de vivências evidencia como a vida no campo é marcada por uma permanente necessidade de reorganização do cotidiano, ativando formas de resistência silenciosas, mas potentes, que articulam saberes locais e práticas alternativas de sustentabilidade. Práticas essas que raramente são reconhecidas

pelas lógicas institucionais, mas que carregam o potencial de desafiar o próprio conceito dominante de sustentabilidade.

Assim, finalizando esta jornada de imersão no Assentamento Índio Galdino, em Curitiba, refletimos sobre as experiências compartilhadas pelos assentados. Desde a integração com a comunidade e a academia até a gestão cuidadosa da produção agrícola e os desafios enfrentados na interação com o poder público e as estruturas de mercado, cada narrativa revela uma luta marcada por resistência e esperança. O Assentamento Índio Galdino é um reflexo em pequena escala de questões mais amplas de resistência política e luta por mudança social.

À luz da teoria de Certeau (2014), percebemos que os assentados, independentemente de aplicar formas de produção mais orgânicas ou não, demonstram a capacidade de se adaptar e reinventar suas práticas cotidianas para enfrentar desafios de sobrevivência, que se encontram maioritariamente entrelaçados às relações de poder, destacando a importância da resistência e da inventabilidade no contexto do assentamento. Na perspectiva de Goffman (2014), compreendemos que essas práticas não se limitam a ações isoladas; são também representações sociais e políticas. Quando a luta pela terra e justiça social é expressa publicamente, não apenas se reivindicam direitos diante das estruturas de poder estabelecidas, mas também se cria uma narrativa coletiva que amplifica a voz dos assentados na busca por mudanças sociais mais amplas. Essa dimensão simbólica das interações cotidianas ressalta não só as questões práticas, mas também a importância das representações sociais na construção e na mobilização política dentro do assentamento.

Desta forma, o Assentamento Índio Galdino se mostra como um pequeno ecossistema de interações complexas, marcado pela luta pela terra, resistência e criatividade, no qual as práticas cotidianas de sustentabilidade ultrapassam as atividades ligadas à agricultura, assumindo um caráter político ao reivindicar direitos e lugares de vida e sobrevivência.

Portanto, ao encerrar esta seção de reflexões, lembramos da importância de ouvir atentamente as vozes dos que lutam por justiça social, e ainda reconhecer as práticas de resistência cotidiana, para engajamento em diálogos e ações que promovam um futuro mais inclusivo, equitativo e sustentável para todos. Que estas narrativas inspirem novos questionamentos, novas práticas e novas formas de construir um mundo mais justo e harmonioso para as gerações presentes e futuras.

Conclusões

As considerações finais deste artigo destacam a relevância do MST no Brasil, especialmente através do prisma do Assentamento Índio Galdino, em Curitiba. Este estudo ilumina as práticas cotidianas de sustentabilidade implementadas pelos assentados, revelando uma complexa teia de resistência e autonomia dentro do contexto da luta por justiça social e reforma agrária.

A análise revela como alguns assentados do MST vão além da luta pela terra, criando espaços para práticas agrícolas sustentáveis que desafiam o modelo agroindustrial dominante. As histórias compartilhadas pelos assentados, combinadas com a teoria de Certeau (2014) e Goffman (2014) sobre as práticas cotidianas e as

relações sociais, destacam a habilidade dos indivíduos de desafiar as estruturas de poder por meio de ações diárias significativas.

Essas ações confrontam narrativas dominantes, mas também revelam as fragilidades de uma sustentabilidade apoiada apenas em microrresistências. Sem políticas públicas estruturantes, tais práticas permanecem vulneráveis às lógicas do mercado e à precariedade das infraestruturas rurais. Este estudo, ao visibilizar as “artes de fazer” dos assentados (Certeau, 2014), convida a repensar a sustentabilidade como processo político e ético, que articula dimensões econômicas, culturais e simbólicas da vida cotidiana, evitando reduzi-la a um rótulo técnico ou a um consumo verde elitizado.

A pesquisa revela achados significativos tanto no aspecto empírico quanto teórico. Em termos empíricos é possível observar a variedade de práticas cotidianas dos assentados, neste sentido, algumas famílias optam por métodos de produção orgânicos e diversificados, outras seguem práticas convencionais, influenciadas por pressões econômicas e estruturas estabelecidas. A interação direta com os assentados e a observação das suas escolhas revelaram não apenas as dificuldades enfrentadas, mas também a resistência e criatividade dessas comunidades na busca por autonomia e até sustentabilidade.

Do ponto de vista teórico, os achados da pesquisa lançam luz sobre questões profundas relacionadas à justiça ambiental, à valorização de conhecimentos tradicionais e à crítica aos modelos convencionais de produção agrícola. As reflexões a partir das narrativas dos membros do MST e das análises de autores como Krenak, Certeau e Shiva contribuem para um entendimento mais amplo das dinâmicas sociais, econômicas e ambientais envolvidas na agricultura familiar e nos movimentos sociais.

A dualidade entre práticas agrícolas convencionais e sustentáveis no assentamento reflete não apenas as escolhas individuais dos assentados, mas também as influências externas, como políticas agrícolas e estruturas de mercado. Essa análise ampliada não só enriquece o debate acadêmico sobre agricultura e sustentabilidade, mas também oferece oportunidades para políticas públicas que visam promover sistemas alimentares sustentáveis.

No entanto, embora algumas práticas sustentáveis sejam adotadas por alguns assentados como forma de microrresistência contra o modelo convencional agrícola e de consumo, é importante reconhecer que ainda há desafios significativos para alcançar um modo de vida sustentável.

A resistência às estruturas de poder não se manifesta apenas nas práticas agrícolas, mas também nas narrativas pessoais dos assentados, que desafiam as condições de exclusão e invisibilidade impostas pelo sistema dominante. Isso aponta para a necessidade urgente de políticas públicas que não apenas promovam a inclusão, mas que garantam o reconhecimento pleno dos direitos dos assentados. Isso envolve não apenas fornecer acesso igualitário a recursos como crédito, infraestrutura e mercados, mas também desafiar as estruturas de poder que perpetuam desigualdades e marginalização.

Concluimos que o Assentamento Índio Galdino emerge como microcosmo de resistência, no qual as práticas cotidianas de sustentabilidade vão além da agricultura,

configurando-se como um ato político de reivindicação de direitos e espaço. Este estudo reitera a necessidade de políticas públicas que reconheçam e apoiem essas práticas, visando uma reforma agrária que incorpore a sustentabilidade como princípio central, e destaca o papel dos movimentos sociais na construção de alternativas ao modelo de desenvolvimento hegemônico.

Ao explorar as práticas cotidianas de sustentabilidade no Assentamento Índio Galdino, almejamos ampliar o debate sobre as formas de alcançar uma sociedade mais justa e sustentável, instigando um olhar crítico sobre o conceito de sustentabilidade que transcenda o discurso hegemônico do capitalismo. Ao evidenciar que a vida simples nos assentamentos rurais do MST é um terreno fértil para a construção e a prática da sustentabilidade, este estudo destaca a importância de reconhecer e valorizar as pequenas ações e decisões cotidianas.

Dessa forma, as microrresistências observadas, como a produção orgânica, as maneiras de comercialização e os saberes tradicionais, configuram ensaios práticos de um modelo alternativo, baseado na reciprocidade e no cuidado com os bens comuns. Socialmente, fortalecem laços comunitários e revalorizam identidades rurais historicamente marginalizadas; politicamente, questionam a centralidade do agronegócio e reivindicam soberania alimentar; culturalmente, afirmam epistemologias contra-hegemônicas que desafiam a racionalidade produtivista e resgatam saberes integrados com a natureza. Essas experiências, embora localizadas, carregam um potencial simbólico de crítica e reinvenção das formas de viver e produzir no campo.

Sendo assim, os resultados convergem com a perspectiva de Braber *et al.* (2024), que apontam a necessidade de políticas estruturantes para efetivar justiça socioambiental, mas também revelam dimensões simbólicas e culturais pouco exploradas, deslocando o debate para uma sustentabilidade enraizada no cotidiano.

Por fim, na vida ordinária que acontece no Assentamento Índio Galdino floresce a esperança de que cada pequena ação e decisão cotidiana seja como uma semente de resistência. Essas práticas, profundamente enraizadas na experiência e nos sonhos dos que ali habitam, desafiam com coragem as narrativas dominantes, revelando que a sustentabilidade pode ser mais do que uma ideia abstrata – é a canção suave do "homem ordinário" ecoando em harmonia com o pulsar da terra. Assim, este estudo ressalta a importância de celebrar e honrar esses gestos simples, que mostram que a sustentabilidade pode ser tecida a partir de bases alternativas, transcendendo os limites impostos pela lógica fria do capitalismo.

Referências

- AMARAL, M. M. B. P. do. (2023). Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a criação de alternativas de produção frente ao agronegócio. *Sociedade em Debate*, 29(1), 125–138.
- BRABER, D., OLDEKOP, J., DEVENISH, K., GODAR, J., NOLTE, C., SCHMOELLER, M., & EVANS, K. (2024). Compensações socioeconômicas e ambientais em áreas protegidas e territórios indígenas da Amazônia reveladas pela avaliação

- de usos competitivos da terra. *Nature Ecology & Evolution*, v. 8, 1482–1492. <https://doi.org/10.1038/s41559-024-02458-w>.
- CAMARA, G., SIMÕES, R., RUIVO, H., ANDRADE, P., SOTERRONI, A., RAMOS, F., RAMOS, R., SCARABELLO, M., ALMEIDA, C., SANCHES, I., MAURANO, L., COUTINHO, A., ESQUERDO, J., ANTUNES, J., VENTURIERI, A., & ADAMI, M. (2023). Impact of land tenure on deforestation control and forest restoration in Brazilian Amazonia. *Environmental Research*, v. 18. <https://doi.org/10.1088/1748-9326/acd20a>.
- CARRIERI, A. de P., PERDIGÃO, D. A., & AGUIAR, A. R. C. (2014). A gestão ordinária dos pequenos negócios: outro olhar sobre a gestão em estudos organizacionais. *Revista de Administração*, 49(4), 698–713. <https://doi.org/10.5700/rausp1178>.
- CERTEAU, M. de. (2014). *A invenção do cotidiano: 1. as artes do fazer* (27. ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- DENZIN, N., & LINCOLN, Y. (2006). *O planejamento da pesquisa qualitativa*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- DINIZ, J. M. A., MARQUESAN, F. F. S., DIÓGENES, A. P., & MESQUITA, R. F. (2020). O lado obscuro das empresas ganhadoras do guia de sustentabilidade da Revista Exame. *Gestão e Desenvolvimento*, 17(3), 92–111.
- FERNANDES, B. M. (2014). *Assentamentos rurais: uma leitura geográfica*. São Paulo, SP: Editora Unesp.
- FERRO, E. H. M. P. L. C. (2019). A sustentabilidade dos projetos de assentamento de reforma agrária. *Revista Direito UFMS*, 5(2), 187–206.
- GOFFMAN, E. (2014). *A representação do eu na vida cotidiana* (20. ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- HOMERO JR., P. F., & CARRIERI, A. de P. (2020). Desenvolvimento sustentável e trabalho precário no relato integrado da Natura: pensando um contrarrelato. *Organizações & Sociedade*, 27(93), 199–215. <https://doi.org/10.1590/1984-9270932>.
- KRENAK, A. (2020). *Ideias para adiar o fim do mundo* (2. ed.). São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- LABOV, W. (1972). *Language in the inner city: studies in the Black English vernacular*. Philadelphia, PA: University of Pennsylvania Press.
- LABOV, W., & WALETZKY, J. (1967). Narrative analysis: oral versions of personal experience. In HELM, J. (Ed.). *Essays on the verbal and visual arts* (pp. 12–44). Seattle, WA: University of Washington Press.
- LEITE, M. L. S., & LEITE, J. F. (2022). Terra não se ganha, se conquista: movimentos sociais de luta pela terra no Brasil. In LEITE, M. L. S. (Organizadora). *Ruralidades Latino-americanas*. Foz do Iguaçu: CLAE e-Books.

- LUCAS, J., FONSECA, G. C. da, & MOURA, J. D. P. (2023). O papel do MST no fortalecimento da agricultura familiar: experiências no Assentamento Eli-Vive por meio de trabalhos de campo e pesquisa participante. *Revista Campo-Território*, v. 18, n. 51, 100–115. <https://doi.org/10.14393/RCT185171126>.
- MACIEL, C. (2008). Reforma agrária, movimentos sociais e agricultura sustentável no Brasil. *Revista de Geografia*, 22(1), 35–44. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistageografia/article/view/228631>.
- MACHADO, R. C., CHROPACZ, F., & BULGACOV, Y. L. M. (2020). Epistemologia de Certeau e sua contribuição para os estudos baseados em prática em organizações. *Revista Ciências Administrativas*, 26(1), 10091.
- MARTINS, C. B. (2011). A contemporaneidade de Erving Goffman no contexto das ciências sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 26(77), 231–240.
- MORISSAWA, M. (2001). *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo, SP: Expressão Popular.
- NICÁCIO, R. de L., & NICÁCIO, R. de L. (2022). Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: principais elementos constitutivos. *Das Amazônias*, 5(1), 95–106.
- PEREIRA, S. S., & REIS, A. T. (2018). O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): emancipação dos sujeitos e transformação social. *Revista de Políticas Públicas*, 22(1), 151–165.
- REIS, A. M. dos, & SMANHOTO, W. A. (2023). Educação do campo: a trajetória do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na luta pela terra e por escola na região norte de Mato Grosso. *Revista Desenvolvimento e Civilização*, 4(2), 1–19. <https://doi.org/10.12957/rdciv.2023.76452>.
- SANTOS, M. A. E. dos, & ICHIKAWA, E. Y. (2021). Gestão ordinária: revisão integrativa e caminhos para pesquisas futuras. In: *Anais do Sétimo Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais – VII CBEO*. Porto Alegre, RS: UFRGS. <https://www.even3.com.br/anais/viicbeo2020/386621>.
- SCOTTI, G., & PEREIRA, D. (2022). Injustiça climática: a desigualdade social como violação à garantia de direitos. *RDP*, 19(104), 6728. <https://doi.org/10.11117/rdp.v19i104.6728>
- SERVA, M., & JAIME JR., P. (1995). Observação participante e pesquisa em administração: uma postura antropológica. *Revista de Administração de Empresas*, 35(1), 64–79.
- SHIVA, V. (2003). *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo, SP: Gaia.
- SILVA-JUNIOR, C., SILVA, F., ARISI, B., MATAVELI, G., PESSÔA, A., CARVALHO, N., REIS, J., JÚNIOR, A., MOTTA, N., SILVA, P., RIBEIRO, F., SIQUEIRA-GAY, J., ALENCAR, A., SAATCHI, S., ARAGÃO, L., ANDERSON, L., & MELO,

M. (2023). Brazilian Amazon indigenous territories under deforestation pressure. *Scientific Reports*, v. 13. <https://doi.org/10.1038/s41598-023-32746-7>.